

ENTREVISTA

Historiadoras e historiadores diante do negacionismo histórico: entrevista com o prof. Gabriel da Costa Ávila

Gabriel da Costa Ávila¹ atua como pesquisador da história da ciência, seara na qual vem recebendo reconhecimento ao longo de sua trajetória acadêmica e que o gabarita a trabalhar sobre outras questões importantes, como a história ambiental. Recentemente, direcionou alguns de seus esforços para analisar a questão do negacionismo.²

A entrevista foi conduzida por Igor Tadeu Camilo Rocha e Thiago Henrique Oliveira Prates, organizadores deste dossiê.

¹ Gabriel da Costa Ávila é professor adjunto no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), atuando no curso de Licenciatura em História e no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Tem mestrado e doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuando sobretudo com a história da ciência, historiografia da ciência e epistemologia do século XX. É autor de *Ciência, objeto da História* (São Paulo, Ed. Alameda, 2019), fruto de sua tese de doutorado, que recebeu Menção Honrosa no “Prêmio SBHC Melhor Tese e Melhor Dissertação – 2016. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4990624206080172>. **Orcid Id:** <https://orcid.org/0000-0002-5871-9013>. Contato: gabriel.avila@ufrb.edu.br.

² Nota dos entrevistadores: indicamos uma discussão interessante presente no trabalho do entrevistado sobre negacionismo: C.f. Negacionismo histórico e científico: um combate para a história das ciências | Gabriel da Costa Ávila. Canal Conversações Filosóficas. 25/04/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXD5eU6aCzI>. Acesso em 04/02/2022. 36:42 min.

Termos como *revisionismo* e *negacionismo* possuem uma longa trajetória e distintas interpretações entre os discursos que disputam as interpretações sobre o passado. Os termos tradicionalmente dizem respeito aos discursos que buscavam negar, diminuir ou relativizar a barbárie nazista praticada contra as minorias ao longo das décadas de 1930 e 1940. Entretanto, a polissemia conceitual permite uma ampliação de seus usos: na Argentina, para citarmos apenas um exemplo não eurocêntrico anterior ao uso comum do Pós-Segunda Guerra, o *revisionismo* diz respeito a uma interpretação historiográfica criada às margens das instituições acadêmicas de história elaborada por setores da extrema-direita dos anos 1920-1930 que, posteriormente, estendeu-se por outros setores nacionalistas que criticavam (e criticam) uma suposta interpretação liberal sobre a história nacional e que valorizam atores históricos até então desprezados, como os *caudillos* e os *gauchos*, de acordo com as diferentes perspectivas dos grupos que representavam o passado. Há, ainda, um consenso que denuncia como *negacionismo* ou *revisionismo*, sem a devida reflexão conceitual, os discursos que matizam ou diminuem a violência cometida pelos regimes militares latino-americanos. Como você definiria, portanto, termos como *revisionismo* e *negacionismo*? É possível conceitualizá-los para além dos discursos político-ideológicos que os mobilizam para criticar os adversários?

Gabriel Ávila: Gostaria de começar agradecendo pelo convite e registrando minha satisfação em participar desse dossiê. É um momento crucial para ampliar o diálogo a respeito do revisionismo e do negacionismo.

Me permitam duas elaborações preliminares:

Primeiro, é muito difícil separar as definições, digamos, “científicas”, dos usos políticos e sociais que marcam a história dessas expressões. Eu diria até que a nossa tarefa não é separar esses campos, mas justamente investigar as conexões entre eles. É impressionante, mas não inexplicável, a difusão do termo *negacionismo* no debate público contemporâneo. No Brasil, em ano eleitoral, já é palavra de ordem. Há uma proliferação de sentidos e mesmo um esvaziamento dos sentidos (o que é muito conveniente para os negacionistas). Então, não seria tanto o caso de conceitualizar “para além” da política, mas “no interior” dessa arena política para a qual a ciência é constantemente convocada e não é um árbitro neutro, externo.

Segundo, a riqueza da investigação nessa área se dá pela diversidade de formas que revisionismos e negacionismos assumem em diferentes contextos. Há mais de dez anos, a filósofa brasileira Deborah Danowski³ tem insistido na pluralidade dos negacionismos. O negacionismo climático é diferente do negacionismo histórico, do negacionismo da pandemia etc. Do mesmo modo, “produtores de conteúdo” negacionista são bem diferentes de “consumidores” e mesmo de “divulgadores”. Acredito que o jogo entre identificar as semelhanças e distinguir as nuances é importante para saber a melhor estratégia de enfrentamento às diversas expressões do revisionismo e do negacionismo.

³ Nota dos entrevistadores: a autora, professora de pós-graduação em Filosofia da PUC Rio, possui trabalhos recentes sobre negacionismos tocantes a temas diversos, como a emergência climática e a crise pandêmica causada pela covid-19 e inúmeras disputas políticas em torno dela. Só para ficar em alguns trabalhos, C. f. DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro - Florianópolis: Cultura e Barbárie/Instituto Socioambiental, 2014; DANOWSKI, Déborah. O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. *Sopro*, v. 70, p. 2-11, 2012; entre outros. Cabe nota também da entrevista feita pela autora, professora e filósofa à revista do Instituto Humanitas Unisinos. C.f. Revista IHU-Online. *Há mundo por vir? A necessidade de pensar o impossível. Entrevista especial com Déborah Danowski*. Por Ricardo Machado. 7 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585821-ha-mundo-por-vir-a-necessidade-de-pensar-o-impossivel-entrevista-especial-com-deborah-danowski>. Acesso em 04/02/2022.

Dito isso, eu definiria esses termos como categorias ideológicas (vamos ter oportunidade de detalhar isso abaixo) com fins políticos (não declarados) de manutenção de determinada ordem social, interdição ao acesso à justiça e reparação de violências históricas. Eles compartilham uma mentalidade conspiratória, uma tendência a desconfiar das instituições que, na modernidade, foram “portadoras oficiais da verdade”: a Universidade, a escola, a imprensa, o Estado etc. De certo modo, é uma expressão ideológica da crise real que essas instituições vivem; uma reação, também ideológica, à absurda alienação social a que estamos todos submetidos. Não é coincidência que essas ideias têm encontrado campo fértil para expansão nas redes sociais. Tem a ver com a chamada “liberação do polo emissor”: ou seja, no Youtube, Instagram, Facebook ou Twitter, cada perfil conta como uma “opinião”: não importa se é uma pessoa “comum”, um jornal, um cientista com carreira dedicada ao tema em questão, uma Universidade etc. Mas, principalmente, porque esse ambiente é artificialmente mantido como se fosse uma grande ágora global, quando, na realidade, o modelo de negócios dessas empresas é desenhado para lucrar com a desinformação. O algoritmo não é projetado para favorecer a “melhor informação”, a mais confiável, a mais verdadeira, nem nada disso, mas para favorecer a informação que mantenha o usuário “engajado” por mais tempo.

Mas, nesse mesmo ambiente, há diferenças: por um lado, o *revisionismo* – termo mais antigo – “se inspira”, digamos assim, em um procedimento que é normal, corriqueiro e necessário na historiografia e nas ciências sociais. Claro que é preciso reescrever o passado de tempos em tempos, claro que aqueles que escreveram possuíam interesse em preservar determinada versão da história. Identificar esses interesses é uma das tarefas da história da historiografia. Os *revisionistas* se apropriam dessa prática, simulam o hábito saudável da crítica, deformam o senso de ceticismo para lançar dúvida, em geral, sobre processos de violência histórica ou eventos que impliquem a ampliação dos direitos de

minorias sociais (como o holocausto ou o sistema escravista). Naomi Oreskes e Erick Conway mostram, no livro *Merchants of Doubt*,⁴ que não é necessário elaborar outra explicação tão forte quanto a que se quer atacar: basta criar dúvida onde havia consenso. O revisionismo se utiliza fartamente desse expediente. O negacionismo também. Agora, esse último, por sua vez, me parece se nutrir de um impulso diferente. O revisionismo disputa, digamos, no nível do “conteúdo”; o negacionismo apela para um tipo de discurso semelhante ao que chamaríamos de “meta-teórico”, “epistemológico”. O negacionismo é uma “tecnologia política autoritária”.

Não quero com isso conceder profundidade filosófica ao negacionismo, é meramente um pastiche de certos argumentos filosóficos, poderíamos chamar de “paraepistemologia” (mais ou menos como chamam “paramilitares” as milícias de direita composta por membros ou ex-membros de forças de segurança), mas que questiona categorias como “verdade” ou “evidência”. Por exemplo, os defensores do chamado “tratamento profilático”, o infame “Kit Covid”, na CPI da Covid no Congresso fizeram um papel ridículo tentando definir o que era um teste clínico e o que contava como evidência em contexto terapêutico. Claramente, aqueles “especialistas” usavam o jargão de maneira rasa e tosca, contavam com a ignorância do interlocutor. Nesse sentido, o negacionismo não é totalmente contra a ciência. Sempre que pode, o negacionismo utiliza a autoridade da ciência para defender algum argumento: para continuar no exemplo, o chamado “gabinete paralelo” era formado por médicas e médicos, em sua maioria. A cloroquina veio do famoso, embora já controverso, laboratório do Dr. Didier Raoult, um reconhecido e experiente

⁴ Nota dos entrevistadores: essa obra, já de bastante impacto, ainda não possui tradução para o português. C.f. ORESKES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Bloomsbury Publishing USA, 2011. Em 2014, a obra inspirou um documentário homônimo, também de considerável sucesso. *Merchants of Doubt*. Robert Kenner (dir.). 93 min.

cientista.

Existe uma certa polêmica que associa a profusão de negacionismos e revisionismos históricos com a chamada "pós-modernidade", atribuindo a esse dito movimento certo relativismo e valorização do que chamamos genericamente de narrativa (ou a própria natureza narrativa da história/historiografia) que teriam, ainda que indiretamente, ajudado em processo de negações e falseamentos do passado. Por sua vez, é também claro que muitos dos contumazes negacionistas apresentem-se não como relativistas ou desconstrutores de conceitos e noções de verdade: pelo contrário, vendem a seus públicos a ideia de que estão revelando algum tipo de verdade irreduzível e negada a eles por supostos doutrinadores. Como você avalia essa polêmica? No que a discussão nesse sentido pode ou não auxiliar historiadores e historiadoras em lidar com negacionismos e revisionismos?

Gabriel Ávila: O "pós-modernismo" é um termo escorregadio, desgastado pelo uso. Já tinha virado curiosidade historiográfica, porque está sempre metido em alguma polêmica. Hoje, essa polêmica retoma importância porque existe pressão por um movimento "neoiluminista" (que muitas vezes lembra mais o positivismo) entre setores acadêmicos e científicos.

Bruno Latour escreveu um texto em 2004, traduzido recentemente ao português, onde ele se questiona se nós não havíamos contrabandeado armas para os nossos inimigos, isto é, fornecido justificativa intelectual e municiado os negacionistas com argumentos relativistas, construtivistas etc. que depois foram usados contra nós mesmos. Embora eu nunca tenha visto um negacionista citando Foucault, Deleuze ou Derrida, é certo que houve um ambiente onde a

relativização das verdades absolutas, a problematização dos consensos e a denúncia das conexões entre saber e poder foi valorizado. E houve oportunismo de grupos revisionistas, negacionistas, anti-cientificistas e quejandos que se apropriaram das mudanças desse ambiente para promover perspectivas desonestas.

Agora, é inegável que, em certo sentido, quase estético, o negacionismo é um negócio bem pós-moderno: é um pastiche, superficial, autorreferencial, irônico, performativo. Acho que as vertentes mais sérias da “teoria pós-moderna” (com muitas aspás), gente como J. F. Lyotard, Frederic Jameson e David Harvey, perceberam muito cedo essa tendência na cultura do capitalismo contemporâneo e fizeram a sua crítica. Não endossaram essas características, pelo contrário, perceberam também que o outro lado da moeda é a brutalização política que se combina com essa fase cultural.

Só que quando lemos os textos de Alexandre Koyré, Hannah Arendt ou Jacques Derrida sobre a mentira no nazismo, é impressionante como se repete um padrão político de uso da mentira. No centro desse pastiche pós-moderno tem técnicas bem modernas de uso político da desinformação, da “conspiração às claras”, da mentira que paralisa a ação.

Na sua avaliação, os negacionismos e revisionismos históricos têm similaridades com outras maneiras de conceber, interpretar e apreender a realidade, tal como as ideologias? É possível entender essas formas de narrar o passado como ideologias propriamente ou como parte constitutiva delas?

Gabriel Ávila: Na minha pesquisa, que se concentra mais no negacionismo científico (tô tentando escrever um livro sobre o tema), eu tenho concebido esse fenômeno como uma ideologia. É um conceito difícil de mexer, porque ele alcançou nuances teóricas muito profundas na filosofia e nas ciências sociais e, ao mesmo tempo, se tornou novamente um conceito politicamente espinhoso. Mas é preciso retomar criticamente o conceito de ideologia para evitar cair no

cientificismo ingênuo – e não estamos indo muito bem nesse ponto.

Louis Althusser distingue entre a “ideologia em geral” e “ideologias particulares”, que seriam expressões locais, conjunturais. Se a gente seguir essa divisão, o negacionismo seria uma ideologia particular, expressão da ideologia do capitalismo contemporâneo, a ideologia neoliberal, que se expressa em outras ideologias particulares, como a do empreendedorismo. Althusser realmente é incontornável para tratar desse conceito, mas arma tão delicadamente sua estrutura filosófica que sobra pouco espaço para a desordem da experiência histórica, que é o que nos interessa, afinal. Mas a definição de ideologia que ele tem é muito interessante. Segundo ele, a ideologia é a “representação da relação imaginária que o indivíduo estabelece com as suas condições reais de existência”. Ela não é apenas uma “falsa consciência”, ou uma “visão de mundo”. As ideologias se orientam para a conservação de determinado estado de coisas; mais precisamente, se orientam para fazer parecer que as coisas *sempre foram* dessa maneira, ou que essa é a maneira que *Deus quis*, ou que essa é a maneira *natural* das coisas serem... Althusser se apega a uma frase de Marx, “a ideologia não tem história”, e retorce seu sentido estabelecendo um paralelo com a afirmação de Freud de que “o inconsciente é eterno”. Também Althusser nota algo interessante: é próprio da ideologia negar que seja ideologia, ideológico é sempre o Outro (reparem no vocabulário psicanalítico).

Observando as reações ao relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, com uma verdadeira guerra de memória empreendida por grupos reacionários buscando negar a realidade dos crimes de Estado durante nossa Ditadura Militar (1964-1985) ou o fenômeno Donald Trump, com apoiadores adeptos de teorias conspiratórias como QAnon

ou movimentos antivacina, seria correto entender os negacionismos – não somente históricos, mas no geral – como algo muito próprio dos movimentos de extrema direita? É possível identificar fenômenos similares, ainda que com finalidades e intencionalidades distintas noutros espectros políticos?

Gabriel Ávila: Em geral, sim, estão mais no campo da direita. Sobretudo porque a ideologia é uma força iminentemente conservadora, atua pela ordem e pela manutenção do *status quo*, valores mais próximos do campo da direita. No caso da Comissão da Verdade, tocou em um ponto muito frágil da nossa democracia pós-88. Um trabalho louvável, mas até tímido do ponto de vista da responsabilização de cadeias de comando, revisão de lei da anistia e tudo o mais. Mas provocou o retorno perturbado de uma culpa recalcada por certos setores da sociedade brasileira. Os militares, mas também a parte da classe média que fez, e continua fazendo, vista grossa para a violência das forças de segurança contra seus cidadãos, na Ditadura, mas também hoje.

A esquerda também tem seus negacionismos e revisionismos. Durante muito tempo no Brasil a esquerda ignorou o debate racial, até hoje ignora em alguns setores. Mesmo com militantes do movimento negro, grande maioria de esquerda, tendo repetido a mesma história desde, pelo menos, os anos 1930. Mas o pacto racial da branquitude não permitia avançar na crítica. Outro exemplo é o legado do stalinismo e da história da URSS em geral – cheia de revisionismos e negacionismos. As finalidades e intencionalidades são semelhantes: manter a ordem, manter algumas coisas no lugar “que sempre estiveram”.

Como avalia a ação dos historiadores e historiadoras na disputa pelo debate público, no sentido de atuar em relação aos negacionismos

históricos e seus usos públicos e políticos? Em termos de agenda, o que os profissionais da história – na pesquisa, docência, entre outras atuações – podem (ou precisam) fazer em relação a essa questão? Como pode a história acadêmica, produzida por profissionais e validada pelos pares, dialogar/discutir/combater revisionismos, negacionismos e representações políticas sobre o passado que fogem ao ambiente controlado das instituições?

Gabriel Ávila: Tivemos uma vitória recente como campo profissional, que foi o reconhecimento da profissão de historiador, em 2019. Mas essa vitória foi pouco comemorada porque nosso espaço na educação está ficando restrito depois da aprovação da BNCC e na imensa maioria dos projetos estaduais de reforma do Ensino Médio. Então, nosso espaço profissional e nosso peso no debate público estão ameaçados. É um projeto, claro. Esse governo quer criar um Brasil paralelo, um país que viveu uma outra história. A nossa não serve a esse projeto. Ainda bem.

A nossa comunidade de historiadoras e historiadores pode, na minha opinião, atuar em três frentes principais:

Primeiro, utilizar da nossa expertise do trato com fontes para educar as novas gerações para saber identificar informação confiável. Trabalho lento e muitas vezes invisível, mas imprescindível.

Segundo, reforçar a dimensão ética da produção do conhecimento histórico. Não acredito que seja possível convencer um revisionista ou negacionista com qualquer apelo à “verdade”. Na minha avaliação, esse recuo epistemológico a formas quase ingênuas de realismo ou fundacionalismo é equivocado. É preciso cobrar honestidade intelectual, ética na produção de conhecimento. Isso que deve dar validade ao nosso saber.

Em terceiro lugar, por fim, é preciso um movimento permanente de

abertura para a verdadeira diversidade de saberes que existe nesse país: dos povos originários, quilombolas, do povo negro. É com os povos da terra que a revisão da história precisa ser feita, partir de um diálogo horizontal, de alianças. A matriz eurocêntrica baseada na conversão e na civilização precisa ser abandonada e superada.

Entrevista realizada em Outubro de 2021